



[Gal/Cast] Quem rouba a quem?

CARLOS GARCIA SEOANE :: 12/08/2012

La acción fue realizada con gran audacia y conseguieron entregar parte de los productos retirados en barrios con un alto índice de exclusión social

Galego

Na passada terça-feira 7 de agosto, saltava à cena mediática do Estado espanhol a boa ação protagonizada por membros do Sindicato Andaluz de Trabajadores (SAT), entre @s quais se encontravam fundamentalmente trabalhadores/as em situação de desemprego, que procedêrom a retirar, sem mediar dinheiro, umha série de produtos alimentares considerados de primeira necessidade de dous centros de grandes empresas da distribuição de alimentação situados em Cádiz e Sevilha. A ação foi desenvolvida com grande audácia e conseguírom entregar parte dos produtos retirados no banco de alimentos de refeitórios sociais, localizados em bairros com altos índices de exclusom social.

Sem lugar a dúvidas, o objetivo declarado da ação, ganhar umha boa repercussom mediática, foi conseguido à perfeiçom, conseguindo chamar a atençom sobre a dramática situação socioeconómica que carateriza atualmente essa naçom, historicamente vexada e ridicularizada em todos os aspetos do seu ser polo imperialismo espanhol. Alarmante situação por apresentar umha taxa de desemprego por volta dos 34%, 40% populaçom abaixo do limiar da pobreza, nos últimos quatro anos 200.000 famílias na rua por despejos ou quando som só 2% de proprietários que possuem 50% das terras, havendo 500.000 jornaleir@s que nom dispõem delas.

Porém, os meios do sistema encarregárom-se desde o primeiro minuto de manipular o sentido da ação procurado polo SAT e rapidamente criminalizárom os/as participantes como "bando de salteadores", "ladrons", "os novos bandoleiros do século XXI", inclusive, e com maiores doses de ficçom, até de "Robin Hood". Toda umha série de denominaçoms que só buscam criar estados de opiniom que contrarrestem os argumentos eticamente revolucionários e rupturistas oferecidos e praticados polo SAT com esta ação, por simbólica que fosse.

A espectação criada a nível mediático foi tal que obrigou o Ministro do Interior a intervir publicamente ao estilo de novo inquisidor, ordenando a detençom de participantes na ação e apelando à Procuradoria do Estado a investigar se os factos som constitutivos de delito. A atitude de extrema irritabilidade que despreendem as declaraçoms do outrora franquista Fernández Díaz dam a ver o medo e o nervosismo do governo do PP, altamente desgastado pola delicada conjuntura económica e social pola qual está a atravessar o Reino de Espanha nos últimos meses, na qual qualquer tipo de mostra de rebeldia e de rejeitamento ao sistema deve ser perseguida e punida sem contemplaçoms. De facto, a captura das duas pessoas detidas até o momento é desproporcionada, assim como os delitos que se lhes imputam: "roubo com violência" e o tam recorrido nestes casos de "desordens públicas", cuja tipificação no Código Penal foi reformulada a raíz da greve geral de março passado.

O tom desafiante empregado pelos gestores dos bons negócios da burguesia não conseguirá amedrontar os setores do povo trabalhador mais conscientes das diversas nações ocupadas pelo imperialismo espanhol, e a promoção de iniciativas como a do SAT devem começar a estender-se por toda a parte, para começar a despertar a necessária rebeldia entre a maioria social explorada que deve oferecer desde o imediato maiores mostras de oposição às brutais agressões que nos estão a impingir.

O sucesso atingido pela ação companheir@s andaluzes é duplo. Além da projeção mediática conseguida, desenvolveu-se em toda a sua plenitude uma grande batalha ideológica entre oprimid@s e opressores, isto é, a confrontação entre a denúncia teórico-prática da incapacidade do sistema capitalista de satisfazer as necessidades mais básicas do povo contra a falsificação e a inversão de uma realidade onde a satisfação da necessidade cega do lucro empresarial e privado é o único objetivo.

Por isso é que me sinto plenamente identificado com uma ação que, com as suas particularidades, já desenvolvemos de maneira análoga a Assembleia de Desempregad@s da CIG em Ferrol no passado dia 6 de junho num supermercado de uma multinacional da distribuição de alimentos situado numa zona central da cidade. Apesar do caráter local da nossa iniciativa e a quantidade muito menor de participantes na ação conseguiu-se também abrir o cerco mediático e pôr em questão o destino de miséria generalizada a que nos conduz este sistema injusto por definição e, diferentemente da ação do SAT, como coletivo de desempregad@s auto-organizados no seio do sindicato queríamos deixar patente a situação de desocupação a que necessariamente nos condena o capitalismo em função das periódicas batidas das suas inerentes crises, efetuando o intercâmbio dos produtos de primeira necessidade retirados com o cartão oficial que nos acredita como desempregad@s.

Porém, se há um momento crítico no capitalismo, este é o de "passar por caixa", que uma mercadoria se converta em dinheiro e, portanto, lucro para o capitalista. Mas há que dizer que, com a experiência da Assembleia de Desempregad@s, como aconteceu na Andaluzia, demonstrou-se o grande poder de dominação do dinheiro sobre a subjetividade humana, que não pode conceber que produtos de primeira necessidade para a sobrevivência das pessoas saiam do estabelecimento comercial sem antes se converterem em lucro para a empresa. Entenderá-se então que este momento se converteu em especialmente crítico e os fiéis defensores do lucro privado realizaram ato de presença para impedir tal ignomínia.

No nosso caso, o resultado da ação traduziu-se na retenção policial e a subtração dos poucos produtos retirados às pessoas que participamos na ação e, posteriormente a imputação a seis delas de uma "falta por furto" pela qual deveremos dar contas no vindouro dia 14 de setembro nos tribunais de Ferrol, no qual teremos novamente oportunidade de expressar mais que suficientes razões que demonstram a injustiça reinante neste sistema.

Porém, a argumentação da nossa ação ante a justiça não irá na direção de implorarmos perdão a quem aproveita uma situação de drama social como a que estão a atravessar um cada vez maior número de desempregad@s de longa duração no nosso país que não dispõem de recurso algum para sobreviver enquanto há empresas, que apesar da crise do sistema experimentam ano após ano pingües benefícios.

Aproveitaremos a nossa intervenção no banco dos argüidos para acusar os verdadeiros salteadores e ladrons ao serviço do capital que por meio da extorsom permanente estão a roubar-nos sem preconceito algum para assegurarem o bom estado das contas dos seus amos. Aproveitaremos para acusar todos aqueles que nos mantêm encurralad@s na lógica da austeridade económica cujo cinto nom deixa de apertar até afogar aquelas pessoas que só podem viver de exíguos subsídios, agora considerados um excesso que há que eliminar para cumprir os objetivos de déficit, enquanto milhons de euros som dirigidos a subsidiar a banca polo Estado.

E os acontecimentos que se fôrom sucedendo nos últimos meses darám-nos a razom da nossa absoluçom dum facto imputado que poderíamos atribuir com maior rigorosidade, entre outros muitos, a toda a Família Real espanhola, amplamente desacreditada nos últimos tempos polos excessos de lazer do monarca ou bem do seu genro farturento de dineiro público; às centenas de políticos de diversa cor envolvidos nalgum dos variados casos corrupçom aos quais nos tem acostumados este sistema moralmente degenerado; aos banqueiros premiados com indenizaçoms milionárias por levarem à falência entidades financeiras e com elas as pequenas poupanças do povo trabalhador depositadas nelas; aos proprietários das grandes fortunas como Amâncio Ortega que, de maneira obscena, nom para de ascender na listagem de pessoas mais ricas do mundo, atingindo este ano o terceiro lugar.

E se finalmente a justiça aceitar a categorizaçom que nos ofrecêrom os mass media e teima em nos sentenciar como @s "Robin Hood" atuais, declararemo-nos orgulhos@s de defender a causa d@s explorad@s e oprimid@s, como também defendia a personagem criada pola mitologia medieval inglesa.

Galiza, 9 de agosto de 2012

Castellano

El pasado martes 7 de agosto saltaba a la escena mediática del Estado español la buena acción protagonizada por miembros del Sindicato Andaluz de Trabajadores (SAT), entre l@s cuáles se encontraban fundamentalmente trabajadores/as en situación de desempleo, que procedieron a retirar, sin mediar dinero, una serie de productos alimenticios considerados de primera necesidad de dos centros de grandes empresas de la distribución de alimentos situados en Cádiz y Sevilla.

La acción fue realizada con gran audacia y conseguieron entregar parte de los productos retirados en barrios con un alto índice de exclusión social.

Sin lugar a dudas, el objetivo declarado de la acción, ganar una buena repercusión mediática, fue conseguido a la perfección, consiguiendo llamar la atención sobre la dramática situación socioeconómica que caracteriza actualmente esa nación, históricamente ultrajada y ridiculizada en todos los aspetos de su ser por el imperialismo español. Alarmante situación por presentar una tasa de desempleo del 34%, el 40% de la población por debajo del umbral de pobreza, en los últimos cuatro años 200.000 familias en la calle por deshaucios o cuando sólo el 2% de propietarios poseen el 50% de las tierras, habiendo 500.000 jornal@s que no disponen de ellas.

No obstante, los medios del sistema se encargaron desde el primer minuto de manipular el sentido de la acción buscado por el SAT y rápidamente criminalizaron los/las participantes como “banda de asaltantes”, “ladrones”, “los nuevos bandoleros del siglo XXI”, incluso, y con mayores dosis de ficción, hasta de “Robin Hood”. Toda una serie de denominaciones que sólo buscan crear estados de opinión que contrarresten los argumentos éticamente revolucionarios y rupturistas ofrecidos y practicados por el SAT con esta acción, por simbólica que haya sido.

La expectación creada a nivel mediático fue tal que obligó al Ministro del Interior a intervenir públicamente al estilo de nuevo inquisidor, ordenando la detención de participantes en la acción y apelando a la Fiscalía del Estado a investigar si los hechos son constitutivos de delito. La actitud de extrema irritabilidad que demuestran las declaraciones del antaño franquista Fernández Díaz dan a ver el miedo y el nerviosismo del gobierno del PP, altamente desgastado por la delicada coyuntura económica y social por la que está atravesar el Reino de España en los últimos meses, en la que cualquier tipo de muestra de rebeldía y de rechazo al sistema debe ser perseguida y punida sin contemplaciones. De hecho, la captura de las dos personas detenidas hasta el momento es desproporcionada, así como los delitos que se les imputan: “robo con violencia” y el tan recurrido en estos casos de “desórdenes públicos”, cuya tipificación en el Código Penal fue reformulada a raíz de la huelga general de Marzo pasado.

El tono desafiante empleado por los gestores de los buenos negocios de la burguesía no conseguirá amedrentar los sectores del pueblo trabajador más conscientes de las diversas naciones ocupadas por el imperialismo español, y la promoción de iniciativas como la del SAT deben comenzar a extenderse por todas partes, para comenzar a despertar la necesaria rebeldía entre la mayoría social explotada que debe ofrecer desde ya mayores muestras de oposición a las brutales agresiones con las que nos están a castigar.

El éxito conseguido por la acción de los compañer@s andaluces es doble. Además de la proyección mediática conseguida, se desarrolló en toda su plenitud una gran batalla ideológica entre oprimid@s y opresores, a saber, la confrontación entre la denuncia teórico-práctica de la incapacidad del sistema capitalista de satisfacer las necesidades más básicas del pueblo contra la falsificación y la inversión de una realidad donde la satisfacción de la necesidad ciega del lucro empresarial y privado es el único objetivo.

Por eso es que me siento plenamente identificado con una acción que, con sus particularidades, ya hemos realizado de manera análoga la Asamblea de desemplead@s de la Confederación Intersindical Galega (CIG) en Ferrol el pasado día 6 de Junio en un supermercado de una multinacional de la distribución de alimentos situado en una zona céntrica de la ciudad. A pesar del carácter local de nuestra iniciativa y la cantidad mucho menor de participantes en la acción, también se consiguió abrir el cerco mediático y poner en cuestión el destino de miseria generalizada al que nos conduce este sistema

injusto por definición y, a diferencia de la acción del SAT, como colectivo de desemplead@s autoorganizad@s en el seno del sindicato queríamos dejar patente la situación de desocupación a la que necesariamente nos condena el capitalismo en función de las periódicas sacudidas de sus inherentes crisis, efectuando el intercambio de los productos de primera necesidad retirados con la tarjeta oficial que nos acredita como desemplead@s.

Sin embargo, si hay un momento crítico en el capitalismo, éste es el de “pasar por caja”, que una mercancía se convierta en dinero y, por lo tanto, lucro para el capitalista. Pero hay que decir que, con la experiencia de la Asamblea de desemplead@s, como ha sucedido en Andalucía, se ha demostrado el gran poder de dominación del dinero sobre la subjetividad humana, que no puede entender que productos de primera necesidad para la supervivencia de las personas salgan del establecimiento comercial sin antes convertirse en ganancia para la empresa. Se entenderá entonces que este momento se hubiera convertido en especialmente crítico y los leales defensores del lucro privado realizaron acto de presencia para impedir tal ignominia.

En nuestro caso, el resultado de la acción se ha traducido en la retención policial y la sustracción de los pocos productos retirados a las personas que participamos en la acción y, posteriormente la imputación a seis de ellas de una “falta por hurto” por la cual deberemos dar cuentas el próximo día 14 de Septiembre en los juzgados de Ferrol, en los que de nuevo tendremos la oportunidad de expresar más que suficientes razones que demuestran la injusticia reinante en este sistema.

No obstante, la argumentación de nuestra acción ante la justicia no irá en la dirección de implorar perdón a quién aprovecha una situación de drama social como la que están sufriendo un cada vez mayor número de desemplead@s de larga duración en nuestro país que no disponen de recurso alguno para sobrevivir en cuanto hay empresas, que a pesar de la crisis del sistema, experimentan año tras año suculentos beneficios.

Aprovecharemos nuestra intervención desde el banco de los acusados para acusar a los verdaderos asaltantes y ladrones al servicio del capital que por medio de la extorsión permanente nos roban sin prejuicio alguno para asegurar el buen estado de las cuentas de sus amos. Aprovecharemos para acusar todos aquellos que nos mantienen acorralad@s en la lógica de la austeridad económica cuyo cinturón no deja de apretar hasta ahogar aquellas personas que sólo pueden vivir de exiguos subsidios, ahora considerados un exceso que hay que eliminar para cumplir los objetivos de déficit, mientras millones de euros son dirigidos a subsidiar la banca por parte del Estado.

Y los acontecimientos que se han ido sucediendo en los últimos meses nos darán la razón de nuestra absolución de un hecho imputado que podríamos atribuir con mayor rigurosidad, entre otros muchos, a toda la Familia Real española, ampliamente desacreditada en los últimos tiempos por los excesos de ocio del monarca o bien de su yerno hartado de dinero público; a las centenas de políticos de diverso color envueltos en alguno de los variados casos de corrupción a los que nos tiene acostumbrados este sistema moralmente

degenerado; a los banqueros premiados con indenizaciones millonarias por llevar a la quiebra entidades financieras y los pequeños ahorros del pueblo trabajador depositados en ellas; a los propietarios de las grandes fortunas como Amancio Ortega que, de manera obscena, no para de ascender en la lista de personas más ricas del mundo, consiguiendo este año el tercer lugar. Y si finalmente la justicia acepta la categorización que nos han ofrecido los mass media y se empeñan en sentenciarnos como l@s “Robin Hood” actuales, nos declararemos orgullos@s de defender la causa de l@s explotad@s y oprimid@s, como también defendía el personaje creado por la mitología medieval inglesa.

Galiza, 9 de agosto de 2012

Carlos Garcia Seoane es trabajador desempleado y miembro de la Asamblea de desempleados de la CIG en Ferrol

<https://galiza.lahaine.org/gal-cast-quem-rouba-a-quem>